

Governo fecha acordo com os governadores

por Carlos Raíces
de Brasília

O governo federal chegou ontem à noite a uma solução para a questão da rolagem da dívida mobiliária dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. "Estamos vendendo a prazo LBC para os estados por um prazo de sessenta dias", disse o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

De acordo com o presidente do BC, a operação que começa a ser feita hoje não é exatamente uma troca, uma vez que as LFTE (títulos estaduais) ficaram congelados nos bancos estaduais, também pelo prazo de sessenta dias. Durante esse período, distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários daqueles quatro estados permanecerão inativas. O Banco Central emprestará aos estados LBC no mesmo valor da dívida que vem sendo rodada contra garantias reais à União, como imóveis, ações e carteira de crédito. Dentro de sessenta dias a dívida com o governo fede-

ral poderá ser renegociada com os novos governadores, adiantou Eris.

Ao mesmo tempo em que o Ministério da Economia e o Banco Central encontraram uma solução para o fôlego financeiro dos estados, por no mínimo sessenta dias, o governo consegue novos aliados para a aprovação de suas medidas de ajuste ao plano econômico no Congresso Nacional. "Esse acordo é um novo passo para o entendimento nacional", comentou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, admitindo que o encontro de ontem "pode ajudar na aproximação do plano no Congresso".

Os quatro governadores (Orestes Quércia, Moreira Franco, Newton Cardoso e Sinval Guazelli) que estiveram reunidos por mais de quatro horas com os ministros da Economia e da Justiça e com o presidente do Banco Central, saíram satisfeitos do encontro. "Foi uma solução ótima", ressumiu o governador de Minas, Newton Cardoso. A rolagem da dívida deixa de ser diária e passa a ser de longo prazo, o que é bom

para os estados. Minas Gerais rola a partir de hoje Cr\$ 175 bilhões, dos Cr\$ 359 bilhões de sua dívida total. Oreste Quércia, governador de São Paulo, foi mais contundente: "Quem pariu Mateus que o embale", disse ele, ao explicar que foi o governo federal quem enxugou o dinheiro do mercado e dificultou a colocação dos títulos estaduais, e sen-

do assim, o Ministério da Economia deveria achar uma solução. São Paulo trocará Cr\$ 280 bilhões, enquanto Rio Grande do Sul negociará Cr\$ 170 bilhões e Rio de Janeiro Cr\$ 140 bilhões.

Ao todo serão mais de Cr\$ 540 bilhões em LFTE que serão trocadas por títulos federais. O valor exato só será conhecido hoje, dis-

se o presidente do BC, que garante não existir nenhum ônus para a União com esse tipo de operação. São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são responsáveis por 85% de toda a dívida mobiliária do País, calculam os economistas. De agora em diante qualquer colocação nova de títulos estaduais será feita através leilões

públicos para que esses títulos passem diretamente às mãos do público, como ocorre com as operações do governo federal.

Nessa operação não haverá colocação de títulos novos no mercado, o Banco Central utilizará as LBC que tem em mãos, permitindo aos estados realizarem simplesmente uma troca de lastro em suas operações, explicou Eris, ao sair da reunião. Quanto aos demais Estados, o BC não sabe ainda se utilizará a mesma fórmula. O importante era fechar o acordo com os quatro grandes estados que vinham rolando sua dívida. Vários estados não devem precisar desse tipo de medida. O próprio presidente do BC comentou que essas dívidas eram antigas e como esses quatro estados não realizaram o exugamento monetário necessário, precisaram achar uma solução.

Para os governadores que tomaram as medidas necessárias para saneamento de seus estados, como é o caso do Ceará e do Espírito Santo, Ibrahim Eris prometeu boas notícias ainda hoje.